



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 211/XIII/4.^a SL

Aos 29 dias do mês de maio de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

Audição conjunta das Administrações dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo; da Região Autónoma da Madeira; de Lisboa; e de Setúbal e Sesimbra, na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE.

II Parte

1. Apreciação e votação de atas;

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;

3. Fixação da redação final das iniciativas legislativas apreciadas no Grupo de Trabalho - Parentalidade (Projetos de Lei n.os 177, 354 e 462/XIII (PCP), 214/XIII (PEV), 344, 461 e 566/XIII (BE), 431,455 e 741/XIII (CDS-PP), 738 e 739/XIII (PAN), 740/XIII (PS) e Proposta de Lei n.º 39/XIII/2.^a (ALRAM));

4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2138/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo a retificação da contagem de tempos de trabalho dos trabalhadores da pesca local e costeira para efeitos de pensões e reformas e devida reposição dos seus direitos»;

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2154/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo que emita orientações e aprove legislação própria com vista ao reconhecimento da existência de um vínculo laboral com as Ajudantes Familiares em funções em IPSS e na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa»;

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2162/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo o reforço dos meios do Centro Nacional de Pensões e a atribuição de pensão provisória aos pensionistas que não se encontrem a trabalhar»;

7. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2071/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo medidas para enfrentar a crise no setor têxtil»;

8. Votação na especialidade dos Projetos de Resolução n.º 1949/XIII/4.^a (PCP) - «Recomenda ao Governo a criação e regulamentação da profissão de operador de centros de contacto, reforço dos direitos de pausa, descanso, higiene, saúde e segurança no trabalho», 1985/XIII/4.^a (PEV) - «Criação e Regulamentação da Profissão de Operador de Call Center», 2001/XIII/4.^a (PS) - «Recomenda ao Governo a elaboração de um estudo sobre as condições de trabalho em centros de contacto (call centers)»;

9. Admissão das seguintes petições, e designação, se necessário, dos respetivos relatores:

- Petição n.º 547/XIII/4.^a, da iniciativa de Manuel Maria Cardoso Sacramento Gomes e outros (166 assinaturas) - «Adoção de medidas contra o dumping social e o seu crescimento na atividade de segurança privada»;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 211/XIII/4.ª SL

(Deputado relator: Grupo Parlamentar do CDS-PP, caso não seja aceite a proposta de pedido de redistribuição à 1.ª Comissão);

- Petição n.º 549/XIII/4.ª, da iniciativa de Celso Nuno Ventura de Sá e outros (276 assinaturas) - «Solicitam o cumprimento do horário de trabalho, com vista à restituição de tempo para a família»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do BE;

- Petição n.º 551/XIII/3.ª, da iniciativa de Manuel Maria Cardoso Sacramento Gomes e outros (375 assinaturas) - «Solicita a criação de legislação com vista à regulação do setor da segurança privada»;

(Deputado relator: Grupo Parlamentar do CDS-PP, caso não seja aceite a proposta de pedido de redistribuição à 1.ª Comissão);

- Petição n.º 554/XIII/4.ª, da iniciativa de António Cândido Moreira Neves de Oliveira e outros (4473 assinaturas) - «Solicitam o reposicionamento de todos os Enfermeiros»;

(Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD, caso não seja aceite a proposta de pedido de redistribuição à 9.ª Comissão);

- Petição n.º 555/XIII/4.ª, da iniciativa da APAP - Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas e outros (4416 assinaturas) - «Solicitam a criação da Ordem dos Arquitectos-Paisagistas»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

- Petição n.º 574/XIII/4.ª, da iniciativa de Pedro Alves e outros (32 assinaturas) - «Solicitam a adoção de medidas com vista a garantir a transparência dos concursos de recrutamento público»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PCP;

- Petição n.º 577/XIII/4.ª, da iniciativa de Renato Fialho de Mendonça e Vasconcellos e outros (4439 assinaturas) - «Solicitam a redução da idade de reforma para pessoas com deficiência.»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

10. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 513/XIII/3.ª, da iniciativa de Pedro Choi de Amélia Cordeiro e outros (12909 assinaturas), que solicitam «Igualdade no exercício profissional de terapeutas não convencionais»;

Relator: Deputado José Rui Cruz (PS);

11. Outros assuntos.

I Parte

Audição conjunta das Administrações dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo; da Região Autónoma da Madeira; de Lisboa; e de Setúbal e Sesimbra, na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE.

A Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputada Wanda Guimarães (PS), que começou por presidir à reunião em virtude da impossibilidade de o Senhor Presidente estar presente logo no início dos trabalhos, cumprimentou e deu as boas vindas às representantes das Administrações dos Portos



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 211/XIII/4.ª SL

do Douro, Leixões e Viana do Castelo (Professora Guilhermina Rego, Presidente do Conselho de Administração e Dra. Cláudia Soutinho, Administradora); da Região Autónoma da Madeira (Dra. Lígia Correia, Presidente do Conselho de Administração); de Lisboa, e de Setúbal e Sesimbra (Dra. Lídia Sequeira, Presidente de ambos os Conselhos de Administração) enquadrando a sua vinda à Comissão no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do BE “face à gravidade dos factos descritos na reunião entre o Sindicato (dos Estivadores e da Actividade Logística (SEAL)) e a Comissão Parlamentar, no passado dia 17 de setembro (de 2018)”, descrevendo a metodologia adotada para aquela audição e dando a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) para a apresentação do referido requerimento.

De seguida, usaram da palavra a Professora Guilhermina Rego, a Dra. Lígia Correia e a Dra. Lídia Sequeira, em representação das respetivas Administrações, tendo o Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD) assumido a condução dos trabalhos no decurso destas intervenções.

Na ronda única de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Álvaro Batista (PSD), José Rui Cruz (PS), José Moura Soeiro (BE) e António Carlos Monteiro (CDS-PP), tendo a Professora Guilhermina Rego, devidamente coadjuvada pela Dra. Cláudia Soutinho, a Dra. Lígia Correia e a Dra. Lídia Sequeira respondido no final e de forma sucessiva às questões colocadas.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#) e [áudio](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

II Parte

Logo após a audição, deu-se continuidade à reunião, de acordo com os termos constantes da respetiva ordem de trabalhos

1. Apreciação e votação de atas;

Este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 211/XIII/4.^a SL

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;

Não se registou a existência de qualquer iniciativa para distribuir nesta reunião, pelo que se entrou de imediato no terceiro ponto da Ordem de Trabalhos.

3. Fixação da redação final das iniciativas legislativas apreciadas no Grupo de Trabalho - Parentalidade (Projetos de Lei n.os 177, 354 e 462/XIII (PCP), 214/XIII (PEV), 344, 461 e 566/XIII (BE), 431,455 e 741/XIII (CDS-PP), 738 e 739/XIII (PAN), 740/XIII (PS) e Proposta de Lei n.º 39/XIII/2.^a (ALRAM));

Foi fixada por unanimidade a redação final do projeto de Decreto resultante das iniciativas em epígrafe, nos termos propostos.

4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2138/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo a retificação da contagem de tempos de trabalho dos trabalhadores da pesca local e costeira para efeitos de pensões e reformas e devida reposição dos seus direitos»;

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) deu conta da impossibilidade do Senhor Deputado Carlos Matias (BE) estar presente nesta reunião, pelo que solicitou o adiamento deste ponto, o que não mereceu a oposição de nenhum dos presentes.

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2154/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo que emita orientações e aprove legislação própria com vista ao reconhecimento da existência de um vínculo laboral com as Ajudantes Familiares em funções em IPSS e na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa»;

Depois de o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) ter solicitado que a discussão deste ponto pudesse ter lugar após a chegada da Senhora Deputada Carla Tavares (PS), a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) comunicou que o seu Grupo Parlamentar havia dado entrada de um projeto de resolução com conteúdo idêntico ao do Projeto de Resolução n.º 2138/XIII/4.^a (BE), e que havia baixado à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas (CEIOP), colocando à consideração da CTSS se a discussão das iniciativas deveria realizar-se de forma conjunta e em que Comissão. O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) concordou com a discussão conjunta independentemente da Comissão, enquanto o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) declarou nada ter a opor ao sugerido, e anunciando a necessidade de se ausentar ainda antes do final da reunião. Por fim, acertou-se de igual modo o adiamento da discussão do Projeto de Resolução n.º 2154/XIII/4.^a (BE), passando-se consecutivamente ao ponto subsequente da Ordem do Dia.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 211/XIII/4.^a SL

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2162/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo o reforço dos meios do Centro Nacional de Pensões e a atribuição de pensão provisória aos pensionistas que não se encontrem a trabalhar»;

Iniciou-se então a discussão deste ponto, que se desenrolou nos termos que constam da respetiva informação, para os quais se remete, e que aqui se dão por reproduzidos, registando-se as intervenções das Senhoras e dos Senhores Deputados José Moura Soeiro (BE), Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), Wanda Guimarães (PS), Clara Marques Mendes (PSD) e Rita Rato (PCP).

7. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2071/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo medidas para enfrentar a crise no setor têxtil»;

Foi igualmente demandado o adiamento da discussão desta iniciativa, desta vez pelo GP do CDS-PP, não sem que a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) informasse que, tal como sucedia com o Projeto de Resolução n.º 2138/XIII/4.^a (BE), também aqui se verificava a pendência de um projeto de resolução do GP do PCP sobre a mesma matéria na CEIOP, apesar de o âmbito ser mais amplo, pois versava sobre as condições económicas em geral, e não apenas sobre o setor do trabalho. No uso da palavra, a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) sublinhou que esta iniciativa também abordava questões de índole laboral, afirmando que atendendo ao pedido de adiamento formulado, se poderia ponderar qual a Comissão mais adequada para a discussão conjunta destes projetos de resolução.

8. Votação na especialidade dos Projetos de Resolução n.º 1949/XIII/4.^a (PCP) - «Recomenda ao Governo a criação e regulamentação da profissão de operador de centros de contacto, reforço dos direitos de pausa, descanso, higiene, saúde e segurança no trabalho», 1985/XIII/4.^a (PEV) - «Criação e Regulamentação da Profissão de Operador de Call Center», 2001/XIII/4.^a (PS) - «Recomenda ao Governo a elaboração de um estudo sobre as condições de trabalho em centros de contacto (call centers)»;

Depois de o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) ter declarado que não tinha sido possível acertar um eventual texto conjunto com os demais proponentes, os GP do PCP e do PEV, foi solicitado conjuntamente o adiamento desta discussão pelos GP do PSD e do PS.

9. Admissão das seguintes petições, e designação, se necessário, dos respetivos relatores:

- Petição n.º 547/XIII/4.^a, da iniciativa de Manuel Maria Cardoso Sacramento Gomes e outros (166 assinaturas) - «Adoção de medidas contra o dumping social e o seu crescimento na atividade de segurança privada»;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 211/XIII/4.^a SL

(Deputado relator: Grupo Parlamentar do CDS-PP, caso não seja aceite a proposta de pedido de redistribuição à 1.^a Comissão);

- Petição n.º 549/XIII/4.^a, da iniciativa de Celso Nuno Ventura de Sá e outros (276 assinaturas) - «Solicitam o cumprimento do horário de trabalho, com vista à restituição de tempo para a família»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do BE;

- Petição n.º 551/XIII/3.^a, da iniciativa de Manuel Maria Cardoso Sacramento Gomes e outros (375 assinaturas) - «Solicita a criação de legislação com vista à regulação do setor da segurança privada»;

(Deputado relator: Grupo Parlamentar do CDS-PP, caso não seja aceite a proposta de pedido de redistribuição à 1.^a Comissão);

- Petição n.º 554/XIII/4.^a, da iniciativa de António Cândido Moreira Neves de Oliveira e outros (4473 assinaturas) - «Solicitam o reposicionamento de todos os Enfermeiros»;

(Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD, caso não seja aceite a proposta de pedido de redistribuição à 9.^a Comissão);

- Petição n.º 555/XIII/4.^a, da iniciativa da APAP - Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas e outros (4416 assinaturas) - «Solicitam a criação da Ordem dos Arquitectos-Paisagistas»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

- Petição n.º 574/XIII/4.^a, da iniciativa de Pedro Alves e outros (32 assinaturas) - «Solicitam a adoção de medidas com vista a garantir a transparência dos concursos de recrutamento público»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PCP;

- Petição n.º 577/XIII/4.^a, da iniciativa de Renato Fialho de Mendonça e Vasconcellos e outros (4439 assinaturas) - «Solicitam a redução da idade de reforma para pessoas com deficiência.»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

Atendendo ao número de petições a admitir nesta reunião, e também a que a confirmação do pedido de redistribuição das três petições assinaladas teria impacto na ordem da designação dos relatores das demais, foi decidido proceder-se tão só à admissão por unanimidade das petições n.º 547/XIII/4.^a, 551/XIII/3.^a e 554/XIII/4.^a, e conseqüente pedido de redistribuição às Comissões indicadas, adiando-se a deliberação sobre a admissão das restantes para a reunião seguinte da CTSS.

10. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 513/XIII/3.^a, da iniciativa de Pedro Choi de Amélia Cordeiro e outros (12909 assinaturas), que solicitam «Igualdade no exercício profissional de terapeutas não convencionais»;

Relator: Deputado José Rui Cruz (PS);

No décimo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado José Rui Cruz (PS) procedeu à apresentação do relatório sobre a petição identificada, dando conta do seu objeto e das diligências efetuadas pela Comissão, que incluíram a audição dos peticionários a



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 211/XIII/4.ª SL

9 de maio de 2019, nos termos que melhor constam do documento em apreciação, e concluindo pelo envio da iniciativa e do respetivo relatório ao Governo e aos Grupos Parlamentares, bem como pela sua remessa ao Senhor Presidente da Assembleia da República, tendo em vista a sua discussão em Plenário, atento o número de subscritores. Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

11. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), abordando a disponibilidade manifestada pelo Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) para responder no dia da próxima (e última) audição regimental (quarta-feira, 26 de junho) aos dois requerimentos apresentados pelo GP do PSD sobre o pagamento de pensões, referiu que o seu Grupo Parlamentar aceitava a data indicada, perante a ausência de alternativas, não deixando contudo de registar o atraso na resposta a duas solicitações apresentadas com carácter de urgência e aprovadas por unanimidade nesta Comissão.

Por sua vez, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), lamentando que naquele momento já não estivesse presente nenhum representante do GP do BE, destacou que no seu Grupo Parlamentar procuravam que o respeito pela Assembleia da República estivesse acima de todas as disputas partidárias. Posto isto, passou a relatar que lhe tinha sido conhecimento que havia sido passada aos criminólogos a informação que tinha sido o GP do PSD a solicitar o adiamento da discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 895/XIII/3.ª (BE) - «Reconhece e regulamenta a profissão de criminólogo(a)» e do Projeto de Lei n.º 1054/XIII/4.ª (CDS-PP) - «Aprova o regime do exercício profissional dos criminólogos», o que não correspondia à verdade, acrescentando que o GP do BE não tinha sequer reparado que este ponto não constava da Ordem do Dia da presente reunião, ao contrário do GP do PSD, que tinha chamado a atenção para essa omissão para que esta não fosse apenas detetada no próprio dia.

Foi então concedida a palavra à Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS), que informou que tinha estado presente na preparação da reunião da Organização Internacional do Trabalho, a decorrer em junho em Genebra, da qual tinha resultado



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 211/XIII/4.ª SL

que este ano as normas de circulação na conferência seriam muito mais apertadas, e que os lugares no Plenário estariam exclusivamente destinados aos parceiros sociais (dois para o Governo e dois para os restantes parceiros sociais). Os Senhores Deputados que integravam a delegação parlamentar deveriam acompanhar os trabalhos na galeria diplomática. O Senhor Primeiro-Ministro disporia de 20 (vinte) minutos para falar, a partir das 15h45 de dia 19, quarta-feira, estando confirmada a intervenção de 40 (quarenta) chefes de Estado, 20 (vinte) dos quais europeus. *A latere* dos Plenários, decorreriam sessões de enorme interesse, dedicadas entre outras temáticas ao multiculturalismo e às empresas pelo trabalho digno, com informação projetada diariamente nos ecrãs, entre as 13h e as 15h. Por outro lado, havia também já a indicação que o Senhor MTSSS tomaria da palavra a 18 de junho, enquanto as duas Confederações presentes (CIP - Confederação Empresarial de Portugal e Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional) interviriam ou no dia 17 ou no dia 18 de junho, registando-se ainda uma declaração específica sobre os cem anos da OIT. Por fim, comunicou que qualquer Deputado poderia assistir aos debates de qualquer Comissão, sem direito de intervir ou votar, e divulgou a existência de um documento *online* muito interessante, bem como a informação sobre a Declaração do Centenário da OIT, que incluirá também questões relativas à saúde e segurança, mas que ainda não estava fechada, dando ainda nota que um dos debates seria sobre violência e assédio.

De seguida, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) deu conta que no dia anterior se havia realizado um conjunto de 8 (oito) audiências no respetivo Grupo de Trabalho, com assuntos pertinentes e relevantes, e indicando que, tal como já havia sido acertado anteriormente, o dia 11 de junho seria igualmente destinado à concretização de audiências, que ainda assim poderia não ser suficiente para dar resposta a todos os pedidos pendentes.

Por seu turno, a Senhora Deputada Carla Barros (PSD) agradeceu a informação aqui deixada pela Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) a propósito da reunião da OIT, em especial a confirmação que a delegação assistiria às reuniões, sem intervir. Noutro âmbito, e a propósito dos pedidos de contributos a solicitar no seguimento das iniciativas que versavam sobre segurança e saúde no trabalho, declarou que não se



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 211/XIII/4.^a SL

opunha a que as pronúncias pudessem ser enviadas por escrito, fixando-se como prazo limite a sexta-feira da semana seguinte (7 de junho), visto que o primeiro conjunto de contributos havia sido solicitado até sexta-feira, 31 de maio, dois dias depois desta reunião.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de maio de 2019.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Feliciano Barreiras Duarte



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 211/XIII/4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Luís Soares
Maria das Mercês Borges
Rita Rato
Rui Riso
Sofia Araújo
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Fátima Ramos
Helga Correia
Maria da Luz Rosinha
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sandra Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Roque
Ricardo Bexiga